



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTM/DIPES/SPLAV

INFORMAÇÃO Nº 4958474/2026

Assunto: **Contratação de empresa especializada para ministrar o curso "Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Aplicada ao Setor Público".**

1. Em atenção ao **Estudo de Demanda nº 4903799** e ao **Termo de Referência nº 4951786** constantes neste processo, esta Seção solicita a avaliação quanto à viabilidade de contratação, por meio de **Inexigibilidade**, conforme formulário nº 4951788, da empresa Movimento Educação - Treinamento e Capacitação Profissional Ltda, para a realização do curso "**Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Aplicada ao Setor Público**", destinado aos servidores e colaboradores que realizam atividades de tratamento de dados pessoais no STM.

2. A presente contratação enquadra-se na **hipótese de inexigibilidade de licitação** prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço técnico especializado de **natureza predominantemente intelectual e singular voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, a ser executado por empresa de notória especialização, conforme documentação acostada aos autos.

3. A **notória especialização** da empresa Movimento Educação - Treinamento e Capacitação Profissional Ltda. encontra respaldo em sua atuação voltada à capacitação de servidores e gestores públicos em temas relacionados à governança pública, compliance, privacidade e proteção de dados pessoais, especialmente no contexto da Administração Pública e do Poder Judiciário, conforme proposta apresentada nos autos (SEI nº 4947011). Ademais, a instrutora indicada para a execução da capacitação, Professora Kassia Zinato Santos Machado Araujo, possui reconhecida experiência acadêmica e profissional na área de Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, com atuação em órgãos públicos e tribunais superiores, além de certificação internacional em proteção de dados e experiência na condução de cursos e treinamentos sobre LGPD no setor público, conforme currículo acostado ao processo (SEI nº 4955677).

4. A capacitação "Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Aplicada ao Setor Público" será realizada na **modalidade exclusivamente presencial na 1ª turma e presencial, com transmissão ao vivo para as auditorias na 2ª turma**, totalizando **carga horária de 30 (trinta) horas**, conforme previsto no Termo de Referência nº 4951786. O curso será dividido em duas turmas, a serem realizadas nas dependências do Superior Tribunal Militar, nas seguintes datas e horários:

- **1ª Turma:** 15 a 19 de junho de 2026, das 15h às 18h;
- **2ª Turma:** 21 a 25 de setembro de 2026, das 9h às 12h.

5. De acordo com o Termo de Referência nº 4951786, o **objetivo geral** das oficinas é capacitar servidores e colaboradores do Superior Tribunal Militar para compreender e aplicar os princípios, diretrizes e obrigações estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito das atividades administrativas e jurisdicionais da Justiça Militar da União, contribuindo para a implementação de práticas institucionais de governança, segurança da informação e conformidade normativa.

6. Os **objetivos específicos** da capacitação são os seguintes:

- Promover a conscientização acerca da importância da proteção de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário;
- Apresentar os fundamentos e princípios da LGPD aplicáveis à atuação do STM;
- Orientar os servidores quanto às hipóteses legais de tratamento de dados na Administração Pública;
- Capacitar os participantes para atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais;
- Disseminar boas práticas de governança e conformidade em proteção de dados;
- Apresentar diretrizes para implementação de programas institucionais de privacidade;
- Orientar quanto à elaboração de documentos institucionais relacionados à LGPD;
- Demonstrar a aplicação da LGPD em processos administrativos, jurisdicionais e contratações públicas;
- Sensibilizar os participantes quanto à mitigação de riscos no tratamento de dados pessoais.

7. O **conteúdo programático** do curso é o elencado abaixo:

- Módulo I - Introdução à LGPD: dos conceitos básicos às aplicações práticas nas atividades do Poder Judiciário (geral).
 - Aula 1 – Estrutura normativa da LGPD e atores envolvidos
 - Fundamentos da proteção de dados pessoais.
 - Principais atores da LGPD (agentes de tratamento, encarregado de dados, ANPD e CNPD, titular de dados pessoais).
 - Responsabilidades do controlador, operador e encarregado.
 - Atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
 - Aula 2 – Direitos dos titulares de dados
 - O titular de dados e seus direitos previstos na LGPD.
 - Exercício dos direitos e procedimentos para atendimento às solicitações pela ANPD e entidades públicas e privadas
 - Estruturação da jornada do titular de dados (interna e externa).
 - Treinamento e capacitação de PMO, sistematização e controle de respostas e banco de dados.
 - Aula 3 – Governança e conformidade em proteção de dados
 - Implementação de programas de privacidade.
 - Boas práticas recomendáveis (art. 52).
 - Medidas de segurança administrativas e tecnológicas.
 - Cumprimento de princípios e análise de utilização das hipóteses legais na prática.
 - Aula 4 – Processo de adequação institucional à LGPD: 10 passos para fazer uma adequação à LGPD na prática
 - Mapeamento e inventário de dados.
 - Identificação e gestão de riscos: gerenciamento proativo de riscos como garantia da segurança de dados.
 - Estruturação de políticas institucionais.
 - Cultura organizacional, conscientização e implementação: desafios e perspectivas.
 - Aula 5 – Principais documentos: regras de elaboração enquanto instrumentos de conformidade

- Ciclo do processo de implementação e suas principais fases.
- Quando redigir dois documentos juntos em apenas um sem gerar conflitos.
- Pontos relevantes em contratos e editais de licitação quanto à documentação e requisitos legais de conformidade e adequação.
- Treinamento e monitoramento: atualização de documentos EXTRA: A proteção de dados pessoais, IA e Poder Judiciário

8. A ação educacional será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, com abordagem teórica e prática, priorizando a aplicação do conteúdo à realidade da Administração Pública. Uso de metodologias ativas sempre que possível (ambiente e contexto). Serão utilizados recursos pedagógicos como:

- Dinâmicas coletivas e em grupo (quando possível - espaço físico);
- Análise de exemplos práticos;
- Discussão orientada de situações reais para reflexão coletiva;
- Utilização de material audiovisual e esquemas didáticos.

9. O **valor total** do investimento necessário à execução dos serviços apresentados na Proposta Comercial nº 4947011 é de **R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)**, conforme detalhado a seguir (Tabela 1), acompanhado de comparativo com outras contratações realizadas pela mesma empresa (Tabela 2).

Tabela 1 - Indicadores de Custo por Hora - STM (4947011)

Demandante	Capacitação	Modalidade	Valor	Carga Total	Valor/hora
STM	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Aplicada ao Setor Público	Híbrido	R\$ 19.800,00	30 horas	R\$ 660,00

Tabela 2 - Indicadores de Custo por Hora - Outras Instituições (4958469,)

Demandante	Capacitação	Modalidade	Valor	Carga Total	Valor/hora
TRF1 4955666	Realização de 1 (uma) turma do curso Lei Geral Proteção de Dados aplicada ao Setor Público	Remota	R\$ 10.682,00	15h	R\$ 712,13
TJDFT 4955664	Aplicação da LGPD no Setor Público e no Âmbito do TJDFT e Penalidades e Aspectos Relevantes da LGPD no Setor Público	Remota	R\$ 19.168,80	30h	R\$ 638,00

10. Nos termos do art. 23, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a compatibilidade do valor da presente contratação com os preços praticados no mercado foi demonstrada mediante a apresentação de notas fiscais emitidas pela contratada em favor de outros órgãos públicos, relativas à prestação de serviços de mesma natureza.

10.1. Conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 2 do item 9, o valor proposto para a presente contratação revela-se compatível com os preços anteriormente praticados pela empresa em contratações similares.

10.2. Embora a contratação realizada junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) apresente valor/hora ligeiramente inferior ao da presente contratação, observa-se que aquela capacitação foi realizada integralmente na modalidade remota síncrona, circunstância que reduz significativamente os custos operacionais envolvidos.

10.3. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação contempla a realização do curso na modalidade presencial, com transmissão ao vivo para as auditorias, formato que demanda maior estrutura operacional, logística e suporte técnico quando comparado às capacitações realizadas exclusivamente em formato remoto síncrono.

10.4. Dessa forma, o valor ofertado permaneceu compatível com os parâmetros de mercado apresentados, evidenciando a razoabilidade da proposta e sua vantajosidade para a Administração.

11. Foram anexados ao processo **Atestados de Capacidade Técnica** (4955668 e 4955671) bem como o **Currículo** da Instrutora **Kassia Zinato** (4955677), os quais comprovam sua qualificação técnica e experiência profissional para a condução da capacitação proposta.

11.1. **Síntese curricular:**

A profissional é Mestre em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa, com título reconhecido pela Universidade de São Paulo (USP), servidora pública federal desde 2002, com origem no Supremo Tribunal Federal (STF), e atualmente atua como Assessora da Secretaria-Executiva e Coordenadora Institucional na ENFAM/STJ. Possui MBA em Governança Corporativa e Compliance pela FGV, além de especializações em Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Processual Civil.

Especialista em Direito Digital, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, possui certificação internacional P&PD pela International Association of Privacy Professionals (IAPP), da qual também é membro. Integra, ainda, a Comissão de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Inteligência Artificial da OAB/SP e a Comissão de Direito Digital e Tecnologias Disruptivas da OAB/DF.

Na gestão pública, exerceu funções estratégicas na Casa Civil da Presidência da República, no TRF-1 e na Procuradoria-Geral da República. Na área acadêmica, atua há mais de duas décadas como professora, palestrante e instrutora em cursos e capacitações voltados ao setor público, com atuação em órgãos como STJ, TRF-1 e TJDFT. É autora do "Guia Prático da LGPD no Setor Público" e coordenadora de programas de treinamento em proteção de dados pessoais.

12. Sendo assim, esta Seção entende que a contratação da empresa **MOVIMENTO EDUCACAO - TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL LTDA**, revela-se como uma alternativa plausível, com forte indicativo de cumprimento dos objetivos específicos almejados com a capacitação proposta, considerando a qualificação da equipe, a metodologia apresentada e a compatibilidade com as necessidades institucionais.

13. Consta nos autos o **Contrato Social** da empresa (4955660), juntamente com cópia dos **Documentos de Identificação** (4955662) da representante legal. Além disso, foram incluídas as **Declarações** (4969912) e **Certidões de Regularidade Fiscal e Jurídica** (4952640 e 4955658) que comprovam que a empresa encontra-se devidamente constituída e apta para contratar com a Administração Pública, atendendo aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

14. Compete ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral, conforme o inciso V do item 9 do Manual de Organização do Superior Tribunal Militar, aprovado pelo Ato Normativo nº 830, de 11 de março de 2025, decidir sobre os pedidos de participação de servidores em eventos de capacitação profissional.

DADOS PARA CONFECCÃO DO DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE

Inscrição 116 servidores no curso “Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada ao Setor Público”, com carga horária total de 30 horas, a ser realizado na modalidade presencial, com transmissão simultânea por plataforma digital, nos dias 15 a 19 de junho de 2026 (1ª turma), das 15h às 18h e 21 a 25 de setembro de 2026 (2ª turma), das 9h às 12h, destinado ao desenvolvimento de competências relacionadas à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito da Administração Pública.

Movimento Educação: Treinamento e Capacitação Profissional LTDA, CNPJ 45.792.453/0001-36, no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) - PTRES 167545 CAREHU - Serviço de Seleção e Treinamento – 30.CAREHU.33903948, Elemento de Despesa 3.3.90.39.48.

15. Por fim, solicito que o presente processo **seja encaminhado ao Diretor-Geral para apreciação e, caso seja autorizado, à DILEO**, para elaboração de minuta de despacho de inexigibilidade, e à **ASLIC**, para análise e parecer acerca da legalidade da contratação.

VINÍCIUS ARAÚJO LOPES

Técnico Judiciário - Área: Administrativa

ERLANDERSON BARBOSA OLIVEIRA

Chefe da Seção de Planejamento e Avaliação de Capacitação

De acordo. À Senhora Diretora de Gestão de Pessoas

Coordenadora de Desenvolvimento e da Escola de Capacitação

De acordo. **Ao Diretor-Geral, e caso seja autorizado, à DILEO**, para elaboração de minuta de despacho de inexigibilidade, e à **ASLIC**, para análise e parecer acerca da legalidade da contratação.

Diretora de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **MONICA DE MAGALHAES MOREIRA, COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO**, em 03/06/2026, às 16:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA PIMENTEL CARNEIRO, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 03/06/2026, às 18:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERLANDERSON BARBOSA OLIVEIRA, CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE CAPACITAÇÃO**, em 03/06/2026, às 21:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS ARAÚJO LOPES, TÉCNICO JUDICIÁRIO - Área Administrativa**, em 08/06/2026, às 12:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4958474** e o código CRC **67CC8DA4**.